

A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE PENDÊNCIAS/RN: CONSTRUÇÃO HISTÓRICA, IDENTIDADE E PROCESSO LEGISLATIVO NO CONTEXTO POTIGUAR

Marcos Antônio Carlos dos Santos

Doutor em Ciências da Educação pelo Instituto Superior de Educação do CECAP. Professor e escritor.
<https://orcid.org/0009-0006-4999-0270>
E-mail: marquinhosgmr@gmail.com.

Gleika Magaly Freire Simão

Doutoranda em Ciências da Educação pelo Instituto Superior de Educação do CECAP.
<https://orcid.org/0009-0003-5112-9947>
E-mail: gleikafreire92@gmail.com

Gleice Kelly Freire Simão

Doutoranda em Ciências da Educação pelo Instituto Superior de Educação do CECAP.
<https://orcid.org/0009-0007-0866-4425>
E-mail: gleicekelly.f01@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N4>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N4-30>

RESUMO: O presente artigo analisa o processo histórico de formação e emancipação política do município de Pendências/RN, destacando sua trajetória desde o período das sesmarias até a consolidação administrativa no contexto potiguar. A pesquisa aborda a ocupação inicial do sertão do Açu, a constituição da vila e o desenvolvimento econômico e social que culminaram na criação do município pela Lei Estadual nº 1.039, de 12 de dezembro de 1953. Por meio de uma abordagem histórica e descritiva, o estudo busca compreender como a formação territorial, o povoamento e as manifestações culturais contribuíram para a construção da identidade pendenciense e para o fortalecimento da autonomia local. A análise evidencia a importância das lideranças políticas e das mobilizações sociais no processo emancipatório, bem como as transformações urbanas e econômicas que ocorreram após a instalação da primeira gestão municipal. Além disso, ressalta-se o papel da cultura e das tradições populares na consolidação da identidade coletiva, expressa nas festas religiosas, danças e práticas comunitárias que marcam o cotidiano da população. O artigo demonstra que a emancipação de Pendências foi um marco de afirmação política e social, representando o início de uma nova fase de desenvolvimento, participação e valorização das raízes culturais do povo potiguar.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Territorial. Povoamento. Identidade Cultural. Processo Legislativo.

THE POLITICAL EMANCIPATION OF PENDÊNCIAS/RN: HISTORICAL CONSTRUCTION, IDENTITY, AND LEGISLATIVE PROCESS IN THE POTIGUAR CONTEXT

ABSTRACT: This article analyzes the historical process of formation and political emancipation of the municipality of Pendências/RN, highlighting its trajectory from the

period of the sesmarias to its administrative consolidation within the Potiguar context. The research addresses the initial occupation of the Açu hinterland, the establishment of the village, and the economic and social development that culminated in the creation of the municipality through State Law No. 1,039, dated December 12, 1953. Through a historical and descriptive approach, the study seeks to understand how territorial formation, settlement, and cultural manifestations contributed to building the Pendenciense identity and strengthening local autonomy. The analysis emphasizes the importance of political leadership and social mobilization in the emancipation process, as well as the urban and economic transformations that took place after the installation of the first municipal administration. Furthermore, it highlights the role of culture and popular traditions in consolidating collective identity, expressed through religious festivals, folk dances, and community practices that shape the daily life of the population. The article demonstrates that the emancipation of Pendências was a milestone of political and social affirmation, representing the beginning of a new phase of development, civic participation, and appreciation of the cultural roots of the Potiguar people.

KEYWORDS: Territorial Formation. Settlement. Cultural Identity. Legislative Process.

INTRODUÇÃO

A compreensão da formação histórica e política de Pendências/RN permite analisar não apenas o processo de emancipação municipal, mas também a consolidação de uma identidade coletiva construída ao longo dos séculos. O presente artigo busca resgatar a trajetória do território desde suas origens no período das sesmarias até a configuração administrativa contemporânea, contextualizando sua importância no cenário potiguar. A cidade de Pendências, localizada na região do Vale do Açu, carrega em sua história marcas de resistência, trabalho e organização comunitária, elementos que contribuíram para moldar o desenvolvimento social e cultural do município.

Nessa perspectiva, nosso objetivo geral é analisar o processo de formação histórica e emancipação política de Pendências, compreendendo os fatores territoriais, econômicos, culturais e legislativos que contribuíram para a construção da identidade local e para a consolidação de sua autonomia política no contexto do Rio Grande do Norte. Dessa maneira, destacamos nossos objetivos específicos: a) investigar o processo de ocupação e povoamento do território de Pendências, identificando os fatores geográficos e econômicos que impulsionaram a fixação humana; b) investigar as transformações econômicas e sociais que impulsionaram o povoamento e o fortalecimento da vila, resultando na criação do município em 1953; c) analisar como a

identidade cultural e o poder legislativo local consolidaram a autonomia administrativa e a construção do sentimento de pertencimento da população pendenciense.

A pesquisa, de cunho bibliográfico e histórico-descritivo, baseia-se em fontes clássicas e contemporâneas, buscando reconstituir os processos que marcaram a formação política e social do município. Fundamenta-se, entre outros, em Manoel Rodrigues de Melo (1945), cuja Polianteia oferece um panorama sobre a organização das sesmarias e a ocupação do território potiguar; em Santos (2015), que contribui com reflexões sobre a historiografia e as relações regionais; em Freyre (2006), que analisa a formação da identidade cultural nordestina; e Durkheim (2000), que fornece aporte teórico para compreender os laços de solidariedade social e a importância da memória coletiva na manutenção das tradições locais.

A pesquisa foi estruturada em seis eixos principais que refletem a trajetória histórica do município. Em “A Formação Territorial da Sesmaria de Pendências: Uma Análise da Ocupação do Sertão Norte-Rio-Grandense”, são analisados os primeiros registros de doação de terras, o processo de colonização e a inserção da região na economia pastoril e agrícola do Rio Grande do Norte.

Já em “O Processo de Povoamento da Vila de Pendências: Economia, Sociedade e a Construção de um Território”, discute-se a formação social da vila, marcada por atividades produtivas, trocas comerciais e relações de poder que impulsionaram o desenvolvimento local. “A Identidade Cultural da Vila de Pendências” examina as tradições e manifestações populares, como o forró, as festas religiosas e as quadrilhas juninas, que se configuram como símbolos da resistência e da preservação da memória comunitária. Em “O Processo de Emancipação Política do Distrito de Pendências”, são abordadas as lutas políticas e legislativas que culminaram na promulgação da Lei Estadual nº 1.039, de 12 de dezembro de 1953, marco da autonomia administrativa do município.

Por sua vez, “A Continuidade do Desenvolvimento Político e Administrativo de Pendências” analisa as gestões municipais e suas contribuições para a infraestrutura, saúde, educação e economia, destacando o amadurecimento político e o papel das lideranças locais. Já “Pendências: Compromisso com a Nossa Cidade nas Décadas do

Século XXI” expressa a necessidade de fortalecer o desenvolvimento local de forma participativa, valorizando e equilibrando o bem coletivo. Dessa forma, representa o compromisso da comunidade e do poder público com o progresso social, econômico e cultural. Além disso, reforça a importância da educação e da consciência histórica para garantir um futuro autossuficiente e inclusivo.

Optamos por uma metodologia de investigação que utilizou fontes primárias, como leis, atas de instalação municipal, registros da Câmara de Vereadores e arquivos administrativos, complementadas por fontes secundárias, entre livros, artigos e estudos sobre o desenvolvimento regional. O método adotado é qualitativo e interpretativo, com ênfase na análise documental e na relação entre passado e presente. As informações foram sistematizadas em eixos temáticos que permitem compreender o desenvolvimento de Pendências como um processo contínuo de construção social e cultural.

Diante de toda essa justificativa, podemos afirmar que a valorização da história local é um instrumento fundamental para a formação da consciência cidadã. A memória histórica de Pendências não deve permanecer apenas nos arquivos ou nas narrativas dos mais antigos, mas integrar o currículo das escolas municipais como parte essencial da identidade potiguar. A compreensão do passado fortalece o sentido de pertencimento, estimula o respeito às tradições e contribui para o desenvolvimento contínuo do município.

Portanto, estudar a emancipação política e a trajetória de Pendências significa compreender mais do que um evento histórico – é reconhecer o esforço coletivo de gerações que construíram uma cidade baseada no trabalho, na fé e na esperança. Este artigo propõe-se, assim, a ser um registro e um alerta: que o ensino da história local seja continuamente valorizado, garantindo que as novas gerações conheçam suas origens e se comprometam com o futuro de sua terra. Afinal, compreender o passado é o primeiro passo para planejar um amanhã mais justo, consciente e comprometido com o desenvolvimento social e humano de Pendências.

A FORMAÇÃO TERRITORIAL DA SESMARIA DE PENDÊNCIAS: UMA ANÁLISE DA OCUPAÇÃO DO NORTE-RIO-GRANDENSE

A compreensão do processo de formação territorial que culminou na vila de Pendências/RN exige uma análise que vá além da simples cronologia de eventos. Este estudo propõe uma releitura desse processo, integrando a dinâmica colonial portuguesa à complexa realidade sociocultural pré-existente. Partindo da premissa de que o território não era um “vazio demográfico”, mas um espaço organizado por povos originários, é possível analisar a ocupação lusa como um projeto de sobreposição e transformação, cujos desdobramentos ecoam até a formação da identidade municipal.

A expulsão dos holandeses em 1654 representou um ponto de inflexão para o Nordeste. Com a economia açucareira abalada, a Coroa portuguesa voltou-se para o interior, numa estratégia de consolidar seu domínio e encontrar novas fontes de riqueza. Na Capitania do Rio Grande, esse movimento foi marcado pela penetração no sertão, região então habitada por diversas tribos tapuias.

Conforme a pesquisa de Santos (2025, p. 41), “essa nação estava longe de ser homogênea, subdividindo-se em grupos como os Ariú, Sucuru, Canindé, Jenipapo, Paiacu, Panati, Javó e Janduí”. Essa diversidade étnica configurava uma pluralidade civilizacional complexa, com suas próprias redes de comércio, alianças e territorialidades. A ocupação portuguesa, portanto, não se deu sobre um espaço vazio, mas sobre uma geografia humana profundamente enraizada.

O avanço para o interior foi impulsionado por figuras-chave que personificavam os interesses da metrópole. João Fernandes Vieira, líder da Insurreição Pernambucana (1645-1654), emerge como um agente central nesse processo. Seu prestígio após a restauração concedeu-lhe influência suficiente para receber vastas sesmarias.

Santos (2025, p. 47) destaca que uma dessas concessões, localizada na ribeira de Ceará-Mirim, foi “uma das mais significativas do período, contribuindo para a interiorização da ocupação portuguesa no sertão potiguar”. A expedição que ele organizou em 1680 para reconhecer a Várzea do Açú não era meramente exploratória;

tratava-se de um ato estratégico de reconhecimento e reivindicação territorial, visando integrar uma área de grande potencial econômico ao sistema colonial.

Entretanto, é significativo analisar esse movimento não como uma simples marcha para o oeste, mas como um processo conflituoso de despossessão. A resistência indígena foi intensa, culminando no longo e violento conflito conhecido como Guerra dos Bárbaros (1683–1713). A expedição de Domingos Jorge Velho e Matias Cardoso de Almeida, citada por Santos (2025, p. 65), simboliza a face mais brutal desse confronto, que reconfigurou radicalmente o equilíbrio de forças na região.

O fim dos grandes conflitos permitiu a reorganização administrativa do território. Seguindo a lógica de recompensa e povoamento, as terras da Várzea do Açú foram distribuídas a 14 sesmeiros, entre eles Franco de Abreu Lima, Domingos de Oliveira Velho, Padre Manoel Fernandes, Antônio de Oliveira Lemos, Matheus Pereira d’Almeida, Luiz de Noronha, José da Silva, Antônio de Oliveira Pereira, Manoel da Costa Prego, Manoel Ribeiro da Fonseca, João Pereira Gonçalves, Maria d’Almeida, José de Moraes Navarro e Felipe da Costa (Santos, 2025, p. 49).

Essa distribuição não foi aleatória, mas um mecanismo de consolidação do domínio colonial, transformando soldados e aliados em proprietários de terras, cuja missão era fixar famílias e implantar a agropecuária.

Nesse contexto, destaca-se a figura de José de Moraes Navarro, titular das terras que dariam origem a Pendências. Antes disso, é possível relacionar a atuação de Manoel Álvares de Moraes Navarro à de seu irmão, evidenciando a conexão entre ambos no processo de ocupação e formação territorial da região.

Segundo Dias (2015, p. 134), é possível associar a trajetória de José de Moraes Navarro à atuação de Manoel Álvares de Moraes Navarro durante a Guerra do Açú:

[...] estabelecia-se que as terras conquistadas no sertão do Rio Grande pertenceriam ao comandante por direito, e que os índios aprisionados poderiam ser reduzidos à condição de escravos, o que evidencia o caráter de domínio e posse territorial que marcaria o processo de formação das futuras sesmarias na região. Sua sesmaria representa a transição de um período de conquista militar para um de ocupação econômica organizada [...].

Inicialmente, o território era ocupado por meio de conquistas militares, voltadas à expulsão dos povos indígenas e à tomada de posse das terras. Com o avanço da colonização, essas áreas passaram a ter um novo propósito: a organização econômica, especialmente por meio da criação de fazendas, currais e atividades agrícolas. Dessa maneira, a chegada de Manoel Álvares de Moraes Navarro esteve à frente do levante na Guerra do Açu, na conquista do território em busca de consolidar a vitória em favor da Coroa Portuguesa.

Sabe-se que Manoel Álvares de Moraes Navarro foi um homem de ações severas que, junto com uma infantaria bem-preparada, enfrentou os povos indígenas da ribeira do Açu. Com o apoio do governador da Capitania do Rio Grande, Bernardo Vieira de Melo, e do governo de Pernambuco, a investida no sertão potiguar tomou grandes proporções, a ponto de as Juntas das Missões enviarem carta ao governador-geral João de Lencastro relatando a brutalidade e a matança dos indígenas na Várzea do Açu.

Considerando esse panorama, observa-se que a expansão portuguesa no sertão do Rio Grande foi marcada, inicialmente, por uma lógica de guerra e conquista. As terras eram tomadas à força dos povos indígenas, e os comandantes das expedições recebiam essas áreas como recompensa por seus “serviços” à Coroa, transformando-as em sesmarias. Importa mencionar que os indígenas derrotados eram frequentemente escravizados, revelando o caráter violento e exploratório da colonização.

Com o tempo, essas terras passaram a ser utilizadas para atividades econômicas, como a criação de gado e a agricultura, substituindo a fase militar por uma de ocupação produtiva e organizada. Assim, evidencia-se a passagem do domínio pela força para a estruturação econômica do território, consolidando o poder colonial português no interior norte-rio-grandense.

Antes dele, porém, o território pendenciense era domínio dos Canindé, um grupo indígena que mantinha ampla mobilidade entre Mossoró, Areia Branca, Carnaubais e Macau. A presença desses povos revela uma profunda ligação com o ambiente natural, marcada por práticas de sobrevivência adaptadas ao sertão e por um conhecimento territorial transmitido entre gerações. Os Canindé não apenas ocupavam essas terras, mas as compreendiam em sua totalidade – rios, carnaubais, vegetação da caatinga – como

espaços de vida e identidade. O famoso Tratado de Paz de 1692, firmado com o líder Canindé, ainda que breve, demonstra que a Coroa Portuguesa foi forçada a reconhecer, ainda que momentaneamente, a soberania e a resistência indígena sobre essas terras. Esse episódio evidencia que o processo de colonização se construiu sobre territórios que já possuíam história, cultura e domínio nativo muito antes da chegada dos colonizadores.

Por outro lado, o estabelecimento de Félix Rodrigues Ferreira como um dos primeiros moradores do núcleo que viria a se tornar Pendências simboliza a fase final desse processo: a consolidação da presença luso-brasileira sobre os escombros e as assimilações do mundo indígena. A sesmaria de Navarro e o povoamento que se seguiu não criaram algo do zero, mas se sobrepuseram a um espaço já articulado, impondo uma nova ordem jurídica, econômica e social.

A formação territorial de Pendências é, portanto, um reflexo do processo de colonização do interior nordestino. Ela não pode ser compreendida apenas pela lógica das sesmarias e das expedições bandeirantes. É necessário enxergá-la como o resultado do choque entre dois projetos territoriais: um indígena, baseado em relações cosmológicas com a terra e em deslocamentos estratégicos; e outro colonial, fundamentado na propriedade privada, na agropecuária extrativista e na integração ao mercado imperial.

A “pacificação” do sertão foi, na realidade, um processo de desestruturação violenta de um complexo sistema social para a implantação de outro. A identidade local de Pendências, que mais tarde fundamentaria sua autonomia política, carrega em suas bases essa dualidade — uma história de conquista e resistência, de fazendas de gado erguidas sobre os caminhos dos Canindé. A sesmaria, portanto, não foi o início da história, mas um capítulo decisivo na longa e contínua transformação de um território indígena em um município brasileiro.

O PROCESSO DE POVOAMENTO DA VILA DE PENDÊNCIAS: ECONOMIA, SOCIEDADE E A CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO

A história do povoamento de Pendências/RN pode ser compreendida não como um episódio isolado, mas como um processo contínuo de ocupação do sertão, no qual

estratégias econômicas, relações familiares e características geográficas se entrelaçaram para formar uma comunidade duradoura. A chegada de Félix Rodrigues Ferreira e de sua esposa, Dona Maria Joaquina de Melo (D. Cota), em 1823, não representa o início absoluto da ocupação, mas um ponto de inflexão que impulsionou o povoamento organizado da sesmaria. A formação de sua família, marcada pelo nascimento de João Macário Ferreira, consolidou um núcleo doméstico estável, fundamental para a transmissão patrimonial e para a construção de redes de solidariedade que estruturaram a vida social local.

A pecuária constituiu o alicerce econômico desse empreendimento colonizador. Félix Rodrigues não atuou apenas como criador de gado, mas como um agropecuarista estratégico, que soube aproveitar as várzeas férteis do rio Açu. Seu investimento na atividade pecuária transformou-o em uma referência econômica, e os lucros obtidos foram reinvestidos na própria infraestrutura da propriedade, criando um ciclo virtuoso de desenvolvimento. Essa dinâmica evidencia que sua atuação foi essencial para converter o potencial natural da região em uma economia viável e atrativa para novos moradores.

A construção de sua primeira moradia, em Pendências do Meio, marcou a materialização desse projeto de povoamento. Erguida em taipa e palha, a habitação simbolizava mais que um abrigo: era a afirmação física da posse do território e o epicentro de uma comunidade nascente. A localização, próxima ao rio Açu, era estratégica, garantindo água para o consumo, para a agricultura de subsistência e, posteriormente, para o transporte.

Conforme Santos (2025, p. 73), a evolução dessa moradia é um testemunho do êxito do empreendimento: em 1861, Félix substituiu a casa rústica por uma construção de alvenaria, ato que “não apenas demonstrava seu avanço econômico, mas também consolidava seu papel como líder e anfitrião”. Essa transformação arquitetônica reflete a passagem de um povoado incipiente para uma comunidade consolidada, com uma elite local emergente.

A ocupação do território também implicou a imposição de uma nova ordem geográfica. Áreas de vegetação nativa foram convertidas em pastagens e roçados,

enquanto espécies exóticas, como o tamarindeiro, foram introduzidas, modificando de forma permanente a paisagem local.

A fixação de famílias pioneiras, atraídas pela prosperidade de Félix Rodrigues Ferreira, ocorreu de forma planejada. Ele não apenas acolheu novos moradores, mas também incentivou o estabelecimento de famílias, como as de Francisco Carlos Cabral e José Carlos, em Pendências de Cima, além de doar terras a seu irmão, Joaquim Rodrigues Ferreira, gesto que resultou na formação do povoado de Alto do Rodrigues. Essas ações evidenciam uma clara estratégia de povoamento orientado, baseada em vínculos familiares e alianças econômicas como instrumentos de expansão e consolidação territorial.

Com o passar do tempo, o bairro de Pendências de Cima consolidou-se como um importante núcleo populacional. A chegada de novos moradores, entre eles Manoel Carlos de Melo, conhecido como Nezinho, impulsionou ainda mais o desenvolvimento local. Homem visionário e de forte espírito comunitário, Nezinho desempenhou papel relevante no crescimento socioeconômico e cultural da região.

No final do século XIX, seus irmãos, José Carlos e Idalino de Carlos, ampliaram as atividades agropecuárias, diversificando a produção. A criação de gado bovino passou a ser complementada por rebanhos de ovelhas, bodes e cabras, além do cultivo de produtos alimentares como batata-doce, feijão, mandioca e hortaliças às margens do rio Açu. Paralelamente, o cultivo de algodão e milho ganhou destaque nos roçados comunitários, fortalecendo a base econômica e promovendo a fixação de novas famílias.

Ao longo do século XX, especialmente em suas últimas décadas, o bairro de Pendências de Cima passou por um discreto processo de dinamização econômica, impulsionado pela instalação de pequenas empresas voltadas ao beneficiamento do sal marinho, notadamente na propriedade de Luiz Galdino, localizada na atual Praça Galdino Mucuripe, conhecida como “Roques”. Essa atividade gerou algumas oportunidades de trabalho e movimentou, ainda que de forma limitada, a economia local, sem, contudo, transformar de maneira significativa as condições de vida da população.

Apesar das restrições econômicas, o comércio local apresentou certo crescimento, com a abertura de armazéns, oficinas, pequenos mercadinhos e estabelecimentos de serviços, em sua maioria ligados direta ou indiretamente à atividade salineira. Esse movimento, embora modesto, representou um passo importante para o fortalecimento da economia comunitária e para a melhora gradual da qualidade de vida dos moradores de Pendências de Cima, sinalizando o início de uma lenta, porém constante, transformação socioeconômica no bairro.

O crescimento populacional acompanhou esse desenvolvimento econômico. Famílias oriundas de áreas rurais próximas e de municípios vizinhos fixaram residência em Pendências de Cima e também deram origem a um pequeno povoado nas adjacências, conhecido como Massapé, atraídas pelas oportunidades de trabalho e pela expectativa de melhores condições de vida no distrito de Pendências.

Esse aumento demográfico gerou a necessidade de ampliação da infraestrutura local, com a construção de moradias, escolas e espaços de convivência comunitária. Assim, o bairro consolidou-se como um relevante núcleo de integração social e econômica, onde os laços familiares e as redes de solidariedade contribuíram para a formação de uma identidade coletiva sólida.

O avanço do progresso em Pendências de Cima foi acompanhado pelo surgimento de novos agropecuaristas e empreendedores locais, muitos deles pertencentes às famílias tradicionais do bairro. Esses produtores rurais desempenharam papel significativo na economia municipal, fortalecendo a cadeia produtiva e ampliando a circulação de bens e serviços.

Ainda que houvesse interesses econômicos distintos, a atuação desses agentes contribuiu para o fortalecimento das atividades agrícolas e comerciais, consolidando o bairro como um importante símbolo do crescimento urbano e da vitalidade econômica de Pendências. Esse desenvolvimento reflete a capacidade de adaptação e a persistência da comunidade, que soube transformar adversidades históricas em oportunidades de progresso e afirmação territorial.

A consolidação jurídica desse processo também foi fundamental. A demarcação formal das sesmarias, como demonstra o registro do tenente-coronel José Boja em 1945, foi crucial para “reduzir conflitos fundiários e estruturar o território” (Santos, 2025, p. 61). A fixação de “limites claros e oficiais” não representava mera formalidade, mas a base que garantia segurança para o investimento e para a permanência das famílias, criando as condições legais para o surgimento de uma vila.

O nome “Pendências” consolidou-se como elemento central da identidade local. Os registros analisados por Santos (2025, p. 67) mostram que o termo foi naturalizado no cotidiano dos moradores, com expressões como “Vou para as Pendências” e “Venho das Pendências” integrando o repertório linguístico da comunidade. Trata-se de algo que ultrapassa a simples toponímia: revela que o local havia se tornado um ponto de referência social e econômica, um espaço de memória e pertencimento que unia a população.

A vocação econômica de Pendências expandiu-se para além da pecuária. A produção de charque (carne seca) permitiu a integração da vila a circuitos comerciais regionais. Além disso, atividades como o cultivo do algodão – desenvolvido no Porto do Carão – e a comercialização do sal oriundo de Macau fortaleceram as relações comerciais da região.

O Porto do Carão, situado em área rural, desempenhava papel estratégico na dinâmica econômica local, funcionando como ponto de escoamento dos produtos transportados por embarcações de porte médio até a cidade do Assú. Esse movimento contribuiu para a diversificação das atividades produtivas e para o fortalecimento gradual da economia regional. Santos (2025, p. 171) caracteriza esse porto como “um importante entreposto comercial”, evidenciando como Pendências se tornou um elo relevante na cadeia econômica da Várzea do Açu.

O processo de povoamento de Pendências, portanto, foi estruturado por Félix Rodrigues com a visão de um verdadeiro empreendedor territorial. Sua liderança combinou acume econômico – ao fundamentar a ocupação na pecuária comercial – com uma engenhosa articulação social – ao atrair, estabelecer e interligar famílias em uma rede coesa.

A comunidade que surgiu não foi fruto do acaso, mas de um projeto deliberado de ocupação, no qual a família, a economia e o direito foram instrumentalizados para transformar uma sesmaria em um território socialmente organizado e economicamente integrado ao sertão nordestino. A breve alteração do topônimo para “Independência” em 1938, seguida de seu rápido retorno a “Pendências” em 1943, confirma que a identidade construída ao longo desse processo já estava profundamente arraigada na memória coletiva, resistindo inclusive a decretos oficiais. A vila constitui, assim, o legado material de uma estratégia de povoamento bem-sucedida, cujas bases foram lançadas no século XIX pela figura seminal de Félix Rodrigues.

A IDENTIDADE CULTURAL DA VILA DE PENDÊNCIAS

Com o desenvolvimento socioeconômico da vila de Pendências/RN, as manifestações culturais ganharam destaque, consolidando uma identidade marcada pela religiosidade, pela coletividade e pela valorização das tradições locais. Um dos símbolos mais expressivos dessa construção cultural foi a capela de São João Batista, cuja edificação, incentivada pelo padre Francisco de Assis e Albuquerque e apoiada por Félix Rodrigues, representou o esforço conjunto da comunidade em criar um espaço de fé e convivência. A doação do terreno por Félix Rodrigues permitiu que, em 1895, o templo religioso se tornasse o centro espiritual e social da vila, promovendo a coesão e a solidariedade entre os moradores.

A partir dessa base religiosa, a identidade cultural de Pendências passou a se afirmar por meio de celebrações que articulam fé, arte e convivência. O dia de São João Batista, comemorado em 24 de junho, tornou-se o ponto culminante do calendário local, reunindo moradores e visitantes em novenas, procissões e festas juninas. Conforme destaca Durkheim (2000), a religião cumpre papel essencial na coesão social, funcionando como elo simbólico que une a comunidade em torno de valores e crenças comuns. Nesse sentido, as práticas religiosas pendencienses, associadas à música, à dança e às expressões coletivas, traduzem a forma como a fé se manifesta na vida cotidiana do povo nordestino.

Entre as manifestações culturais que compõem o patrimônio imaterial da vila, a vaquejada ocupa lugar de destaque. Originada das práticas do pastoreio e do cotidiano das fazendas, consolidou-se durante o período de Félix Rodrigues como expressão do trabalho e da bravura sertaneja. A vaquejada, além de evento esportivo e festivo, reflete a íntima relação entre o homem e o gado, sendo, segundo Câmara Cascudo (2001), um dos maiores símbolos da cultura rural nordestina. Ela traduz a resistência e o orgulho do vaqueiro, figura fundamental na formação histórica e social do sertão potiguar.

Outras manifestações, como o Boi de Rei, o pastoril, a lapinha e o forró, reafirmam o caráter plural e dinâmico da cultura local. O Boi de Rei, herdeiro de antigas tradições ibéricas e afro-brasileiras, combina teatro, música e dança em uma encenação popular que celebra a fertilidade e o trabalho coletivo. O pastoril, por sua vez, surge no ciclo natalino, apresentando em cores e cantos a visita dos pastores ao Menino Jesus. Para Freyre (2006), essas expressões populares revelam o sincretismo cultural do Nordeste, resultado da convivência entre matrizes europeias, africanas e indígenas, que conferem riqueza e diversidade às práticas culturais da região.

No âmbito das tradições festivas, destacam-se ainda as quadrilhas juninas, celebradas durante os festejos de São João Batista, marcadas por danças coreografadas, trajes típicos coloridos, fogueiras e comidas tradicionais. Essas festividades reforçam o sentimento de pertencimento e de continuidade das tradições. O tradicional forró à lamparina, realizado sob a luz de lamparinas e lampiões e embalado por sanfona, pandeiro, triângulo e zabumba, proporcionava encontros animados entre famílias e vizinhos. Como observa Geertz (1989), as práticas culturais são sistemas simbólicos que conferem sentido à vida social, e, em Pendências, essas celebrações cumprem exatamente esse papel: traduzem em festa e música a experiência coletiva de um povo.

Com o passar do tempo, o bairro de Pendências de Cima consolidou-se como o berço cultural do distrito, reunindo as expressões mais autênticas do patrimônio imaterial local. Nesse espaço, manifestações como a festa da padroeira Nossa Senhora de Fátima, a cantoria e a ciranda seguem preservando e renovando a tradição popular. Assim, a vila de Pendências construiu uma identidade cultural plural e viva, na qual religiosidade,

trabalho e arte se entrelaçam para formar um legado histórico que resiste às transformações do tempo e reafirma o valor da memória coletiva.

O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO DISTRITO DE PENDÊNCIAS

O processo de emancipação política do distrito de Pendências insere-se em um contexto histórico e normativo que refletia tanto as transformações políticas do Rio Grande do Norte quanto as diretrizes legais nacionais vigentes à época. A luta pela elevação de Pendências à categoria de município foi marcada por intensos debates entre defensores e opositores, revelando tensões entre o poder local e a imprensa da capital, especialmente quando o Diário de Natal acusou o movimento emancipacionista de ser fruto da vaidade e da demagogia de chefes políticos do interior.

Em resposta, as lideranças pendencienses argumentaram que tais críticas ignoravam o papel fundamental desses dirigentes na estrutura produtiva e política do Estado, ressaltando que eram justamente esses chefes políticos – os chamados coronéis – os responsáveis pela manutenção das atividades agrícolas, pecuárias e comerciais, além de representarem as bases eleitorais que sustentavam os governos estaduais e federais.

Do ponto de vista jurídico, a reivindicação pela autonomia municipal estava amparada nos dispositivos legais previstos na Constituição Estadual e na Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, que regulamentava a criação de municípios no Brasil.

Essa legislação estabelecia, em seu artigo 2º, que apenas poderiam ser criadas novas unidades territoriais que apresentassem população mínima de 10 mil habitantes, centro urbano consolidado e arrecadação fiscal suficiente para garantir sua viabilidade administrativa e econômica. Exigia-se ainda que pelo menos 10% da população fosse composta por eleitores, assegurando representatividade política e participação democrática no novo município. Tais critérios visavam evitar a criação de municípios inviáveis ou motivados por interesses de pequenos grupos, promovendo equilíbrio e estabilidade na organização territorial do Estado.

A Lei Complementar nº 1/1967 também estabelecia, em seu artigo 1º, que a criação de um novo município não poderia comprometer os requisitos legais dos municípios de origem, prevenindo a fragmentação administrativa e a perda de recursos essenciais. O texto atribuía ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a apuração dos dados populacionais e urbanos, ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) a verificação do eleitorado e ao órgão fazendário estadual a análise da arrecadação tributária, devendo essas informações ser providenciadas à Assembleia Legislativa no prazo máximo de sessenta dias. Essa estrutura reforçava a seriedade e a transparência do processo, conferindo-lhe legitimidade técnica e política.

Com base nesses parâmetros legais, os defensores da emancipação de Pendências sustentaram que o distrito atendia plenamente às exigências constitucionais e legais, possuindo população expressiva, economia diversificada e infraestrutura consolidada.

O movimento emancipacionista foi liderado por figuras de grande representatividade local, como Pedro Alves de Medeiros (PSD), João da Rocha Bezerra (PSP) e José dos Santos (UND), além do apoio de mais de 1.500 moradores que assinaram o memorial encaminhado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. O projeto contou ainda com o respaldo de parlamentares como José Nicodemos, autor da proposta, e dos deputados Antônio Rodrigues de Carvalho, Genésio Cabral, Hélio Dantas e Milton Ribeiro Dantas, cujas intervenções foram decisivas para a aprovação da lei que criou o município.

A conquista da autonomia política de Pendências representou não apenas o reconhecimento de sua capacidade administrativa, mas também a afirmação de sua identidade regional e de seu protagonismo no cenário potiguar. O episódio evidenciou o desejo da população local por autogoverno e por uma gestão mais próxima de suas necessidades, em consonância com os princípios legais e democráticos que orientavam a legislação brasileira. Assim, o processo de emancipação de Pendências consolidou-se como um marco de organização territorial e de valorização das comunidades do interior, expressando o equilíbrio entre legalidade, representatividade e desenvolvimento regional.

Com a promulgação da Lei nº 1.039, de 12 de dezembro de 1953, o distrito de Pendências foi oficialmente desmembrado de Macau, tornando-se uma nova unidade

administrativa. No entanto, para a efetivação jurídica do processo de emancipação, era necessária a homologação do ato pelo juiz da Comarca de Macau, o Dr. Francisco Pereira da Nóbrega, que se encontrava ausente da cidade no momento da instalação. Essa ausência gerou preocupação entre os vereadores João da Rocha Bezerra e Pedro Alves de Medeiros, que temiam que a falta de assinatura judicial inviabilizasse a consolidação do novo município.

Durante o período de transição, Afonso Avelino Dantas foi indicado pelos líderes locais para exercer interinamente a função de juiz distrital entre os dias 12 e 31 de dezembro de 1953, garantindo o andamento dos trâmites legais até a homologação definitiva da Lei nº 1.039. Sua atuação nesse curto intervalo foi fundamental para preservar a validade administrativa do processo e manter a continuidade da organização política local.

Com a homologação formal da lei em 7 de janeiro de 1954, foi reconhecido oficialmente o município de Pendências. Contudo, desde 1º de janeiro de 1954, João da Rocha Bezerra já havia assumido provisoriamente a administração municipal, dando início à organização da estrutura pública. A nomeação oficial foi confirmada posteriormente pelo Decreto Estadual publicado no Diário Oficial, em 25 de janeiro de 1954, conforme despacho do então governador Sylvio Piza Pedroza, nos seguintes termos:

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte resolve nomear, de acordo com o art. 3º da Lei nº 1.039, de 12 de dezembro de 1953, João da Rocha Bezerra para exercer o cargo de Prefeito do Município de Pendências, criado pela mesma lei. Natal, 25 de janeiro de 1954, 66º da República (Poliantéia, 1945, Papéis Avulsos, fl. 1).

Após alguns meses na administração do recém-criado município, João da Rocha Bezerra deu início à organização administrativa, criando, conforme a Lei Orgânica Municipal, as primeiras secretarias, com destaque para as pastas de Educação e Saúde. Em outubro de 1954, foram realizadas as primeiras eleições municipais, nas quais a população pendenciense escolheu o prefeito, o vice-prefeito e os vereadores. As alianças partidárias lançaram as chapas majoritárias, e Francisco Alves de Queiroz, filiado ao Partido Social dos Trabalhadores (PST), foi eleito prefeito, tendo Manoel Moreira da Silva como vice-prefeito, ambos escolhidos no pleito de outubro de 1954.

Além deles, foram eleitos por voto direto os vereadores Levani de Freitas, José Cipriano da Silva, Alba de Miranda Pinheiro, Francisco de Assis Montenegro, Omar Rodrigues Ferreira, Pedro Lopes de Araújo, Manoel Freire de Lemos e Albertina Bezerra de Souza. A Câmara de Vereadores ficou composta com Manoel Freire de Lemos como vice-presidente, Francisco de Oliveira Melo como 2º vice-presidente, Alba de Miranda Pinheiro como 1ª secretária e Levani de Freitas como 2º secretário (História de Emancipação Política de Pendências, 1953).

Dessa maneira, evidencia-se um momento decisivo na consolidação da autonomia política e administrativa de Pendências, com o registro da primeira eleição municipal realizada após a emancipação. A escolha de Francisco Alves de Queiroz como prefeito e de Manoel Moreira da Silva como vice-prefeito, juntamente com os primeiros vereadores, representou o início de uma nova fase de organização institucional e fortalecimento da representatividade popular.

Esses líderes foram responsáveis por estruturar as primeiras políticas públicas locais e estabelecer os alicerces da administração municipal, especialmente nas áreas de educação, saúde e infraestrutura. A atuação dos vereadores citados na documentação histórica demonstra o comprometimento com a criação de normas e instrumentos administrativos que garantissem o funcionamento efetivo do poder público. Assim, o resultado das eleições de 1954 marcou não apenas a formalização da gestão democrática, mas também o início da construção da identidade política e social de Pendências como município autônomo, consolidando o trabalho iniciado no movimento emancipacionista de 1953.

CONSOLIDAÇÃO ADMINISTRATIVA E DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE PENDÊNCIAS A PARTIR DE 1955

Em 31 de janeiro de 1955, Francisco Alves de Queiroz e seu vice-prefeito, Manoel Moreira da Silva, juntamente com os vereadores eleitos, foram empossados para administrar o município de Pendências. Nesse momento histórico, foi oficialmente instalada a Câmara Municipal de Vereadores, consolidando o poder legislativo local e

assegurando a governabilidade da nova cidade, que havia recentemente conquistado sua autonomia política e administrativa.

A partir da posse, os novos legisladores uniram esforços para formular e aprovar as primeiras leis municipais, fundamentais para a organização do poder público e para a criação de instrumentos jurídicos que garantissem a efetiva gestão do município. Dessa forma, o território de Macau perdeu definitivamente sua autonomia política sobre Pendências, marcando o início de uma nova fase de autogoverno e fortalecimento institucional.

Entre as ações mais relevantes da administração de Francisco Alves de Queiroz, destaca-se o planejamento e a execução de políticas voltadas ao bem-estar da população. Um dos grandes marcos de sua gestão foi a construção da primeira unidade de saúde municipal, conforme a Lei nº 1/1958, que simbolizou o avanço dos serviços públicos e o compromisso com a melhoria das condições de vida da comunidade pendenciense.

Além disso, o governo investiu na expansão e ampliação das escolas municipais, promovendo a construção de novas unidades na zona urbana e ampliando o acesso à educação. Também se destacou o incentivo à valorização da economia local, com a modernização do mercado público – que se consolidou como um importante ícone da comercialização regional – e o estímulo ao agronegócio, fortalecendo as atividades produtivas e garantindo o desenvolvimento econômico da cidade.

Graças a essas conquistas, Pendências passou a ser reconhecida como “a cidade do futuro”, título que refletia o otimismo e o crescimento observados nos anos seguintes. Os investimentos realizados durante a gestão de Francisco Alves de Queiroz criaram bases sólidas para o progresso do município, tornando-o referência de desenvolvimento político, econômico e social na região do Vale do Açu.

A partir de então, o município passou a vivenciar um processo contínuo de crescimento e aprimoramento político-administrativo, consolidando-se como um dos centros mais promissores do Vale do Açu. Entre 31 de janeiro de 1960 e 31 de janeiro de 1965, a administração ficou sob o comando de Absalão Pinheiro Maia, tendo como vice Francisco de Oliveira Melo.

Essa gestão ficou marcada pela continuidade das ações de infraestrutura iniciadas na década anterior, com ênfase na melhoria dos serviços públicos e na expansão urbana do município. O governo buscou modernizar as vias de acesso e ampliar o atendimento à população, fortalecendo a integração entre a zona urbana e as comunidades rurais.

Entre 31 de janeiro de 1965 e 31 de janeiro de 1970, a prefeitura de Pendências foi administrada por Ivo Alves de Queiroz, tendo como vice-prefeito Jonatas Martins Bezerra. Sua gestão destacou-se pelo esforço na reorganização administrativa e pelo incentivo à educação pública, com a construção de novas escolas e a priorização de políticas de alfabetização – iniciativas que demonstraram o compromisso da administração com o desenvolvimento humano e social do município.

Nas eleições municipais de 1970, Levani de Freitas foi eleito prefeito, tendo como vice Valdemar Rodrigues da Silveira, exercendo seu mandato até 31 de janeiro de 1973. Em seguida, nas eleições de 1973, Ivo Alves de Queiroz retornou ao cargo de prefeito, acompanhado do vice Felipe Joaquim Cavalcante Filho, administrando o município até 31 de janeiro de 1977.

Posteriormente, de 31 de janeiro de 1977 a 31 de janeiro de 1983, a prefeitura esteve sob a gestão de Levani de Freitas, tendo como vice-prefeito José Cipriano da Silva, dando continuidade ao processo de consolidação administrativa e política de Pendências. Essa fase foi marcada por uma gestão voltada à modernização administrativa e ao fortalecimento das políticas públicas de saúde e educação.

O município passou por um período de estabilidade institucional, que favoreceu a execução de projetos de médio e longo prazo voltados à melhoria da qualidade de vida dos moradores. Durante sua segunda administração, foram realizadas importantes obras, como a construção do Hospital Municipal e da Praça São João Batista (atualmente Praça Levani de Freitas), além da edificação de novas escolas nos bairros de Pendências de Cima, Rocas e nas zonas rurais, ampliando o acesso à educação.

Em continuidade ao seu segundo mandato, um dos primeiros marcos foi a legalização, junto ao Governo do Estado — à época sob a gestão de Lavoisier Maia —, da via de acesso à rodovia BR-406, medida que facilitou o deslocamento da população e

o escoamento da produção local, integrando Pendências de forma mais efetiva ao desenvolvimento regional. Posteriormente, também em parceria com o governo estadual, foram implantados os conjuntos habitacionais Independência I e II, que proporcionaram moradia digna a diversas famílias pendencienses.

Na gestão de Felipe Joaquim Cavalcante Filho, entre 31 de janeiro de 1983 e 31 de janeiro de 1988, com Valdemar Rodrigues da Silveira como vice, houve um investimento expressivo na ampliação dos serviços públicos e no incentivo à cultura local. Essa administração buscou consolidar Pendências como uma cidade moderna, com ações voltadas para o desenvolvimento urbano e social.

Nos anos de 1985, Pendências foi agraciada com a chegada da Petrobras, que iniciou a exploração de petróleo na região. Os primeiros poços perfurados com sucesso trouxeram grande entusiasmo à população, simbolizando o início de um novo ciclo de progresso e prosperidade. Empresas como Halliburton e Corner, entre outras, instalaram-se no município, atraindo um fluxo significativo de trabalhadores oriundos de Mossoró e de cidades vizinhas.

O fortalecimento da administração pública refletiu o amadurecimento político do município, que, em pouco mais de três décadas de emancipação, já apresentava um quadro de estabilidade e progresso contínuo.

Após a administração de Felipe Joaquim Cavalcante Filho, o governo municipal retornou às mãos de Levani de Freitas, que reassumiu a prefeitura de Pendências com o compromisso de enfrentar um período de grandes desafios para o município. Entre 31 de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1992, Levani de Freitas exerceu o cargo de prefeito, tendo como vice-prefeito José Anchieta Jácome, conduzindo a gestão com foco na recuperação administrativa e na continuidade de projetos voltados à infraestrutura e aos serviços públicos essenciais.

No início da década de 1990, o município de Pendências vivenciou um período de significativa instabilidade política e de regressão nos campos econômico, social e administrativo. As constantes mudanças no comando do Executivo municipal

expressavam um contexto de descontinuidade governamental, marcado por práticas de corrupção e pela ausência de um planejamento público eficiente.

A morte inesperada de uma das principais lideranças políticas da cidade representou não apenas o encerramento de uma era de protagonismo político, mas também o enfraquecimento de um projeto de desenvolvimento local que, em momentos anteriores, havia impulsionado avanços estruturais. Somada a esse evento, a cassação de um governante agravou a crise institucional, comprometendo a execução de obras públicas, o funcionamento dos serviços essenciais e a estabilidade política do município. Assim, a década de 1990 configurou-se como uma fase de declínio econômico, fragilidade administrativa e erosão cultural, refletindo os efeitos de um modelo de gestão pouco sustentável e vulnerável às disputas políticas internas.

A economia pendenciense, outrora dinamizada pela exploração petrolífera e pelo comércio regional, sofreu retração em razão da queda nos investimentos públicos e privados, provocando o aumento do desemprego e a redução da renda familiar.

O sonho de progresso, sustentado nas décadas anteriores, deu lugar à estagnação e ao desencanto com o poder público. Diante desse quadro, consolidou-se um movimento migratório relevante, com o deslocamento de famílias para municípios vizinhos e, sobretudo, para a capital, Natal, em busca de melhores oportunidades. Ainda assim, a população manteve viva sua identidade cultural e o sentimento de pertencimento ao território, reafirmando a força simbólica das tradições locais.

Esse período, embora marcado por retrocessos, foi também um momento de reflexão e amadurecimento político, que despertou uma consciência social mais crítica e participativa, fundamental para a reorganização administrativa posterior e para o fortalecimento do papel de Pendências no contexto histórico e territorial do Rio Grande do Norte.

PENDÊNCIAS: COMPROMISSO COM A NOSSA CIDADE NAS DÉCADAS DO SÉCULO XXI

Ao ingressar nas primeiras décadas do século XXI, o município de Pendências/RN reafirma seu compromisso com o desenvolvimento social, econômico e cultural, mantendo viva a essência de sua história e identidade construída desde o período da emancipação política. A cidade, marcada por uma trajetória de lutas e conquistas, busca conciliar tradição e modernidade, ampliando políticas públicas voltadas à qualidade de vida coletiva e resiliente. Nesse contexto, observa-se uma gestão municipal que procura consolidar avanços, preservar o patrimônio histórico e valorizar o papel da educação como instrumento de transformação social.

O setor educacional tem sido um dos eixos centrais das políticas públicas municipais, com projetos pedagógicos, capacitação de professores e incentivo ao ensino da história local. Essa valorização da memória coletiva contribui para o fortalecimento do sentimento de afinidade e para a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel no desenvolvimento da comunidade. O ensino da história de Pendências no currículo da educação municipal constitui um instrumento fundamental para garantir a continuidade da identidade cultural e o respeito às origens do povo pendenciense.

No campo econômico, Pendências segue fortalecendo sua base produtiva, com destaque para o agronegócio e, sobretudo, para a carcinicultura – atividade voltada à criação e beneficiamento de camarões. Nas últimas décadas, a instalação de empresas de beneficiamento e a construção de viveiros na zona rural da Ilha de São Francisco impulsionaram significativamente a geração de empregos diretos e indiretos, promovendo o desenvolvimento local e melhorando a renda das famílias.

Esse setor tornou-se um dos pilares da economia pendenciense, movimentando o comércio e estimulando novos investimentos. Além disso, empresas terceirizadas passaram a prestar serviços à administração municipal, contribuindo para a dinamização da economia e para a modernização dos serviços públicos. Essa nova configuração produtiva reafirma o compromisso de Pendências com o desenvolvimento sustentável, a inovação e a valorização dos recursos naturais da região.

Paralelamente ao crescimento econômico, a cidade também tem investido em políticas de inclusão social e de fortalecimento da cidadania. Programas voltados à assistência social, à saúde e ao esporte buscam atender de forma ampla às necessidades da população, garantindo qualidade de vida e participação comunitária.

No campo cultural, observa-se que Pendências construiu uma rica herança simbólica, expressa nas festas religiosas, nas quadrilhas juninas e nas manifestações folclóricas que dão vida ao cotidiano da cidade. Essas tradições, mais do que expressões de fé e alegria, representam um elo entre o passado e o presente, reafirmando o sentimento de vínculo e o valor da memória coletiva. Assim, a cultura torna-se um elemento fundamental para compreender o desenvolvimento histórico de Pendências, pois preserva o que há de mais autêntico em sua formação: a união comunitária e a resistência cultural.

Do ponto de vista urbano, Pendências vem passando por um processo de reestruturação, com investimentos em infraestrutura, pavimentação, saneamento básico e requalificação de espaços públicos. Essas ações têm contribuído para a melhoria do ambiente urbano e para a valorização da cidade como um espaço acolhedor e em constante transformação. A reurbanização da zona central e o cuidado com os espaços de convivência reforçam o compromisso da gestão com uma cidade mais organizada, acessível e sustentável.

Por conseguinte, o futuro de Pendências depende do compromisso coletivo entre governo e sociedade civil na preservação de sua história, na valorização de sua cultura e na construção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento e à estabilidade social. A cidade, que nasceu do esforço de seus antepassados e cresceu impulsionada pelo trabalho de seu povo, continua sendo símbolo de resistência, fé e esperança no contexto potiguar. Cabe à nova geração pendenciense zelar por esse legado, compreender o valor da identidade local e manter viva a chama da emancipação política que, mais de meio século depois, ainda inspira o progresso e o compromisso com a nossa cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória histórica de Pendências/RN revela um processo contínuo de formação territorial, política e cultural que reflete a luta e a determinação de sua população. Desde as primeiras concessões de sesmarias até a emancipação política consolidada pela Lei nº 1.039, de 12 de dezembro de 1953, o município construiu sua identidade a partir de esforços coletivos, alianças locais e uma forte vontade de autonomia. Essa caminhada histórica demonstra que o surgimento de Pendências não se limitou à criação de uma nova divisão administrativa, mas foi resultado da articulação de lideranças, da valorização do trabalho comunitário e da formação de uma consciência social comprometida com o desenvolvimento local.

A partir dessa premissa, a análise do processo de povoamento e da constituição da vila permite compreender a relevância das atividades econômicas e sociais na consolidação do território. As dinâmicas produtivas ligadas à agricultura, à pesca e ao comércio fortaleceram as bases da economia pendenciense, ao mesmo tempo em que contribuíram para a integração social e para o surgimento de uma vida comunitária ativa. Esse contexto possibilitou o surgimento de instituições locais e de práticas culturais que, posteriormente, se tornaram pilares da identidade municipal.

Nessa perspectiva, observa-se que Pendências construiu uma rica herança simbólica, expressa nas festas religiosas, nas quadrilhas juninas e nas manifestações folclóricas que dão vida ao cotidiano da cidade. Essas tradições, mais do que simples expressões de fé e alegria, representam um elo entre o passado e o presente, reafirmando o sentimento de pertencimento e o valor da memória coletiva. Assim, a cultura se revela como um elemento essencial para compreender o desenvolvimento histórico de Pendências, pois preserva o que há de mais autêntico em sua formação: a união comunitária e a resistência cultural.

A partir dessa análise, o processo de emancipação política configurou-se como um marco de autonomia e amadurecimento institucional. A atuação das lideranças locais foi determinante para que Pendências conquistasse o direito de gerir seu próprio destino. A consolidação da administração municipal após 1953 simbolizou a materialização do esforço de uma comunidade que buscava reconhecimento político e desenvolvimento

social. Essa conquista abriu caminho para uma série de transformações estruturais, refletidas na criação de órgãos públicos, na ampliação da infraestrutura e no fortalecimento das políticas de educação, saúde e cidadania.

Considerando esse ponto de vista de continuidade histórica, o desenvolvimento político e administrativo que se seguiu nas décadas seguintes demonstrou a capacidade de Pendências de adaptar-se às mudanças e planejar o futuro com base em sua história. As gestões municipais, ao longo das gerações, foram responsáveis por ampliar os serviços públicos, modernizar a infraestrutura urbana e incentivar atividades econômicas, como a carcinicultura, que contribuíram para o fortalecimento da economia local. Mesmo diante de crises e desafios, o município manteve o compromisso com o contentamento coletivo, consolidando-se como uma cidade em constante evolução e transformação.

Somos uma comunidade plural que valoriza sua história e preserva os ensinamentos transmitidos por nossos antepassados, desde os tempos em que o povoador Félix Rodrigues nos deixou um legado de coragem e trabalho. Reconhecemos nossas raízes e compreendemos que parte de nossa memória foi apagada ou esquecida ao longo do tempo.

Em decorrência disso, é fundamental que políticas públicas sejam implementadas para resgatar e proteger esse patrimônio histórico e cultural, assegurando que o legado de nossos antecessores permaneça vivo. Valorizar nossa identidade é fortalecer o sentimento de pertencimento e garantir que as futuras gerações conheçam e respeitem a história que nos formou como povo, mantendo viva a chama do progresso, da memória e da esperança de que moldam a cidade de Pendências.

REFERÊNCIAS

CASCUDO, Luís da Câmara. **Vaqueiros e cantadores**: folclore poético do sertão nordestino. 8. ed. Rio de Janeiro: Global, 2001.

DIAS, Patrícia de Oliveira. **Onde fica o sertão rompem-se as águas**: processo de territorialização da ribeira do Apodi-Mossoró (1676–1725). 2015. 187f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SANTOS, M.A.C.; SIMÃO, G.M.F.; SIMÃO, G.K.F. A emancipação política de Pendências/RN: construção histórica, identidade e processo legislativo no contexto potiguar. *Revista Eletrônica Amplamente*, Natal/RN, v. 4, n. 4, p. 467-493, out./dez., 2025.



DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Edusp, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

SANTOS, Marcos Antônio Carlos dos. **Pendências/RN**: da Conquista da Várzea do Açú à Emancipação Política. Natal: Editora Offset, 2025.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2015.

Submissão: julho de 2025. Aceite: agosto de 2025. Publicação: novembro de 2025.